15º SIMULADO OAB 2013.1

1º DE FEVEREIRO DE 2013

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9hs e encerramento às 12hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 1º/fev e extinguir-se-á às 13hs do dia 4/fev. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 6/fev.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 6/fev.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 1º/Fev | 9h-12h | Simulado |
| 1º/Fev | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 04/Fev | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 6/Fev | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 6/Fev | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Um estamento eminentemente aristocrá­tico, formado por uma nobreza em declínio, paulatina­mente perdeu suas rendas originais e se tornou cres­centemente burocrático. O texto caracteriza o seguinte tipo de Estado e de administração pública no Brasil:**

(A) estatal.

(B) patrimonialista.

(C) burocrática.

(D) gerencial.

**2. Ato lesivo ao erário público poderá ser impugnado por qualquer cidadão mediante:**

(A) mandado de segurança.

(B) ação popular.

(C) mandado de injunção.

(D) mandado de segurança coletivo.

**3. Assinale a afirmativa incorreta.**

(A) A apreciação das contas e dos contratos admi­nistrativos estaduais pelo Tribunal de Contas do Estado, que as aprovou, não inibe a atuação do Poder Judiciário para exame de sua legalidade e constitucionalidade, pois as cortes de contas estaduais não exercem jurisdição.

(B) O controle da Administração Pública, conside­rado um princípio fundamental da Administra­ção Pública, é indispensável à execução das atividades administrativas do Estado e deve ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos.

(C) O controle de legalidade dos atos da Administra­ção Pública pode ser interno, processado pelos órgãos da mesma Administração, ou externo, exercido por órgãos de poder diverso.

(D) O controle do mérito administrativo é privativo da Administração Pública. Ao Poder Judiciário somente é possível o controle de legalidade em sentido estrito.

**4. Em relação ao processo administra­tivo genérico, regulado pela Lei 9.784/99, é certo afirmar que:**

(A) a Administração não pode cobrar por despesas processuais, sendo, inclusive, inconstitucional a lei que acaso permitisse tal cobrança.

(B) as normas dos processos administrativos espe­cíficos, no que toca á densidade de incidência normativa, aplicam-se subsidiariamente no processo genérico, quando forem de ordem pública.

(C) o órgão competente para decidir o recurso administrativo pode agravar a situação do recorrente, mas, antes da decisão, deve cientificá-lo do fato e permitir que ofereça as alegações de seu interesse.

(D) a decadência do direito da Administração de anular seus próprios atos administrativos ocorre irrestritamente em 5 (cinco) anos quando deles se originam efeitos patrimoniais contínuos.

**5. A respeito da aplicação de sanções administrativas pela Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

(A) O processo administrativo sancionador é sigiloso.

(B) Não são admissíveis no processo administrativo sancionador as provas ilícitas e as provas colhi­das em processo penal.

(C) O contrato administrativo deve necessariamente estabelecer as penalidades cabíveis pelo des­cumprimento de obrigação contratual.

(D) De acordo com o atributo da autoexecutoriedade, a Administração Pública pode executar as multas por ela aplicadas.

**6. A rescisão unilateral de concessão de serviço público por razão de inadimplemento contratual é denominada:**

(A) reversão.

(B) avocação.

(C) encampação.

(D) caducidade.

**7. A respeito dos contratos administrativos, de acordo com a Lei 8.666/93, considere as seguintes afirmativas:**

**I. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.**

**II. A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a revisão do contrato para manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, mas não autoriza a prorrogação dos prazos de execução, conclusão e entrega.**

**III. A prorrogação de contrato administrativo, nas hipóteses admitidas pela lei, exige prévia e expressa autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.**

**Assinale:**

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

**8. De acordo com a Lei 8.666/93 (Licitação e Contratos), o registro ou inscrição do interessado em participar de processo licitatório, na entidade profis­sional competente, está relacionado à:**

(A) habilitação jurídica.

(B) qualificação técnica.

(C) qualificação econômica.

(D) qualificação financeira.

**9. A responsabilidade civil das concessionárias de serviços públicos é fundada:**

(A) na imperícia e é subjetiva.

(B) no risco integral e é subjetiva.

(C) na culpa e é objetiva.

(D) no risco administrativo e é objetiva.

**10. Assinale a alternativa correta.**

(A) É admitida a mudança de categoria de um bem público de uso comum do povo para a de domi­nical por lei, por simples ato administrativo ou fato jurídico.

(B) O tombamento é ato do poder público de inter­venção na propriedade de caráter transitório.

(C) Os bens públicos móveis e imóveis não podem ser desapropriados.

(D) A validade da declaração expropriatória é de 10 (dez) anos para os casos de necessidade ou utilidade pública.

**Constitucional**

**11. A partir da segunda metade do século XX, a universalização das constituições passou a ser uma das características do constitucionalismo mundial. Atualmente, apenas poucos países não possuem uma constituição escrita. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.**

(A) A República, a democracia, o voto distrital, a federação, o parlamentarismo e os direitos humanos são princípios fundamentais expressos na atual Constituição brasileira.

(B) A intervenção humanitária e a proibição de concessão de asilo político são princípios constitucionais que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

(C) Constituições flexíveis são aquelas cujo processo de alteração é difícil e solene.

(D) Considerando-se as características da Constituição Federal de 1988 (CF), é possível classificá-la como formal, escrita, promulgada e analítica.

**12. Com relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:**

(A) O brasileiro naturalizado não pode ocupar o cargo de deputado federal, privativo de brasileiro nato.

(B) Não há direito fundamental à alimentação na Constituição de 1988.

(C) A CF garante aos estrangeiros em trânsito pelo território nacional exatamente os mesmos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros.

(D) A dissolução das atividades de uma associação depende de decisão judicial transitada em julgado.

**13. Assinale a opção correta acerca da organização político-administrativa brasileira.**

(A) Em matéria de competência legislativa privativa, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrária.

(B) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem aos Municípios.

(C) A CF adotou como princípio da organização política brasileira a indissolubilidade do vínculo federativo.

(D) Compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito eleitoral.

**14. No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.**

(A) O STF possui competência para processar e julgar, originariamente, os membros do Congresso Nacional por crime comum.

(B) Os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não podendo o juiz ou tribunal limitar o seu acesso em hipótese alguma.

(C) Os tribunais de justiça podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, desde que o façam pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

(D) A justiça de paz, órgão de caráter jurisdicional, será composta por cidadãos eleitos pelo voto direto, secreto e universal, para um mandato de dez anos.

**15. A respeito da organização dos poderes da República, julgue os itens.**

(A) Os onze ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal devem ser bacharéis em ciências jurídicas.

(B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em sede de recurso ordinário, os mandados de segurança julgados em única instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal, quando denegatória a decisão.

(C) A emenda constitucional pode extinguir as imunidades parlamentares.

(D) Suplentes de parlamentares também gozam de imunidades.

**16. A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.**

(A) A CF autoriza o exercício de atividade político-partidária pelos membros do MP.

(B) A inviolabilidade do advogado, por seus atos e manifestações, é absoluta.

(D) A unidade, a indivisibilidade e a subordinação técnica são princípios institucionais do Ministério Público (MP).

(D) A procuradoria-geral da Fazenda Nacional integra a Advocacia-Geral da União.

**17. Com relação ao controle de constitucionalidade, marque a alternativa correta:**

(A) Somente o STF realiza controle concentrado de constitucionalidade no país.

(B) Não há controle incidental com base na Constituição estadual.

(C) Os partidos políticos são legitimados universais para a propositura das ações diretas.

(D) o cidadão pode ser autor da Ação Declaratória de Constitucionalidade.

**18. Com relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança,

(B) É constitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança.

(C) É cabível mandado de segurança contra lei em tese.

(D) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

**19. De acordo com a Constituição Federal, créditos extraordinários, necessários em caso de guerra, por exemplo, devem ser estabelecidos por meio de:**

(A) Decreto

(B) Medida provisória

(C) lei ordinária estadual

(D) lei complementar municipal.

**20. Concluído o primeiro turno das eleições para Governador, Luís e Renato foram os candidatos mais votados, sem que nenhum dos dois tivesse alcançado maioria absoluta dos votos válidos. Contudo, durante as comemorações pelo surpreendente resultado que o levou ao segundo turno, Luís sofreu um infarto fulminante e veio a falecer. Considerando que Francisco foi o terceiro colocado, deverá ocorrer:**

(A) nova eleição, no prazo de 90 dias, em que concorrerão todos os candidatos apresentados no primeiro turno recém-concluso, que deverá ser anulado.

(B) o segundo turno entre Renato e Francisco.

(C) nova eleição, em turno único, entre todos os candidatos originalmente inscritos.

(D) Renato será eleito Governador de imediato.

**Deontologia**

**21. Assinale a alternativa correta.**

**Considerando-se o sigilo profissional do advogado, a quebra do mesmo poderá ocorrer quando:**

(A) houver intimação da autoridade pública para depoimentos judiciais ou não;

(B) o próprio cliente fizer por escrito citações nesse sentido ao advogado;

(C) o advogado tiver que depor como testemunha, apenas em causa onde tenha atendido;

(D) nenhuma das hipóteses anteriores autoriza a quebra do sigilo profissional.

**22. Assinale a opção correta acerca da situação do advogado como empregado, de acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB.**

(A) Considera-se jornada de trabalho o período em que o advogado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens no âmbito do escritório, não sendo consideradas as horas trabalhadas em atividades externas.

(B) A relação de emprego, no que se refere ao advogado, não retira a isenção técnica inerente à advocacia, mas reduz a independência profissional, visto que o advogado deve atuar de acordo com as orientações de seus superiores hierárquicos.

(C) O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal, fora da relação de emprego.

(D) Nas causas em que for parte o empregador de direito privado, os honorários de sucumbência serão devidos a ele, empregador, e não, aos advogados empregados.

**23. Observando que dispõe o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB acerca do desagravo público, assinale a opção correta.**

(A) O desagravo público pode ser dispensado pelo ofendido, por se tratar de direito pessoal do advogado.

(B) Compete ao Conselho Seccional promover o desagravo público de seu presidente quando este for ofendido no exercício das atribuições legais de seu cargo.

(C) O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional, tem direito ao desagravo público promovido pelo conselho competente.

(D) A diretoria ou conselho da Subseção não pode promover a sessão de desagravo, mesmo quando a ofensa ocorra no território a que se vincula o inscrito.

**24. Marcos da Silva é advogado empregado de uma Sociedade de Advogados- que tem sua sede no Rio de Janeiro. Marcos exerce a advocacia na área cível para todo o Estado do Rio de Janeiro, mas o advogado sócio o enviou para a filial em Minas Gerais para cuidar de duas ações criminais.**

**Pergunta-se: Qual providência Marcos deverá tomar?**

(A) Deverá realizar uma Inscrição suplementar na OAB/MG;

(B) Deverá transferir sua inscrição para a OAB/MG;

(C) Poderá cuidar das ações criminais sem tomar nenhuma providência;

(D) Comunicar à OAB/MG que estará atuando fora do Estado da sua inscrição Principal.

**25. Joel é experiente advogado, inscrito há muitos anos nos quadros da OAB. Em atividade profissional, comparece à sessão de tribunal com o fito de sustentar, oralmente, recurso apresentado em prol de determinado cliente. Iniciada a sessão de julgamento, após a leitura do relatório, pelo magistrado designado para tal função no processo, dirige-se à tribuna e, regularmente, apresenta sua defesa oral. No curso do julgamento há menção, pelo Relator de data e folhas constantes dos autos processuais que se revelam incorretas. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, o advogado:**

(A) deve aguardar o final do julgamento, com a proclamação do resultado, para apresentar questão de ordem.

(B) poderá usar a palavra, pela ordem, para esclarecer questão de fato, que influencie o julgamento.

(C) não possui instrumento hábil para interromper o julgamento.

(D) após o final do julgamento deverá, mediante nova sustentação oral, indicar os erros cometidos.

**26. O fato do advogado passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com a advocacia, é motivo para:**

(A) Ser declarado licenciado da OAB;

(B) Ter a sua inscrição declarada nula;

(C) Ter a sua inscrição cancelada;

(D) Ter a sua inscrição considerada insubsistente.

**27. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi nomeado e empossado no cargo de Secretário de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.**

**Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado?**

(A) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia;

(B) Continuará inscrito na OAB-RJ, ficando porém proibido de advogar apenas contra a Fazenda Pública que o remunera;

(C) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada;

(D) Ficará licenciado da advocacia durante o tempo em que exercer a atividade de Secretário de Estado de Educação.

**28. Após concluir seu trabalho profissional (patrocínio de uma Reclamação Trabalhista na 42ª J.C.J. do Rio de Janeiro), o Advogado chama o Reclamante, seu Cliente, para a prestação de contas e cobrança dos honorários que com ele contratou, por escrito. O Cliente esquiva-se do pagamento dos honorários devidos, mas exige do Advogado a devolução de documentos que entregou a este para a propositura da Reclamação.**

**Pergunta-se: O que pode fazer aquele Advogado para receber os honorários que lhe são devidos, no caso presente?**

(A) Promover a execução dos honorários contratados, nos mesmos autos da ação em que atuou representando aquele cliente;

(B) Promover a execução dos honorários contratados, em processo autônomo;

(C) Propor Ação de Prestação de Contas, em face daquele cliente;

(D) Propor Ação de Cobrança de Honorários, pelo Rito Sumário, em face daquele cliente.

**29. Em que consiste o chamado *pacto quota litis*?**

(A) É a contratação dos honorários advocatícios pela qual, só em caráter excepcional, se admite que o Advogado receba bens particulares do Cliente em pagamento de seus honorários.;

(B) É a contratação dos honorários advocatícios que só pode ser feita pelas sociedades de Advogados.;

(C) É a contratação dos honorários advocatícios pela qual o Advogado receberá, em pagamento de seus honorários, uma parte dos bens que forem objeto da lide;

(D) É a contratação dos honorários advocatícios pela tabela estabelecida pela OAB.

**30. Um Advogado, que já sofreu uma punição da OAB-RJ (censura), foi destituído pelo Cliente no curso do processo que patrocinava. Alegando que o Cliente não quer pagar os seus honorários, retém valores e documentos do mesmo Cliente, recusando-se a prestar-lhe contas do mandato. Pergunta-se: Por tal atitude, que punição disciplinar pode ser aplicada àquele Advogado?**

(A) Suspensão, pelo prazo de 30 dias a doze meses;

(B) Suspensão, pelo prazo de mínimo de 30 dias e perdurando até que preste as contas devidas, podendo ser cumulada com multa de uma a dez anuidades;

(C) Exclusão do Quadro da OAB-RJ;

(D) Nova pena de censura, porém cumulada com a multa de uma a dez anuidades.

**Direito e Processo Penal**

**31. De acordo com a Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal, marque a opção CORRETA:**

(A) A penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado ou semiaberto.

(B) Com relação ao requisito objetivo (cumprimento de pena) para a progressão de regime, a LEP exige o cumprimento de 1/3 da pena se primário e 1/2 da pena se reincidente.

(C) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando conceder a autorização de saída temporária no regime semiaberto ou determinar a prisão domiciliar.

(D) A remição pelo trabalho e pelo estudo não pode ser concedida ao preso em regime aberto.

**32. Julgue os itens abaixo, assinalando a opção correta.**

**I) A culpabilidade do agente é excluída quando este age em estado de necessidade exculpante, ao passo que a ilicitude de sua conduta é afastada pelo estado de necessidade justificante.**

**II) A pena restritiva de direitos é autônoma e substitutiva. A substituição é autorizada quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a dois anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo.**

**III) A pena de multa transitada em julgado e não paga converte-se em dívida de valor, não podendo, em hipótese alguma, acarretar a prisão do condenado.**

**IV) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.**

(A) I e III estão certas; II e IV estão erradas.

(B) II e III estão certas; I e IV estão erradas.

(C) I, III e IV estão corretas; II está errada.

(D) III está certa; I, II e IV estão erradas

**33. Marque a opção INCORRETA**

(A) Os crimes culposos não admitem tentativa.

(B) A desistência voluntária e o arrependimento posterior possuem natureza jurídica de causa pessoal de extinção da punibilidade.

(C) O crime impossível torna o fato atípico ante a ineficácia absoluta do meio e a impropriedade absoluta do objeto.

(D) Os crimes com violência ou grave ameaça à pessoa não admite a aplicação do instituto do arrependimento posterior.

**34. CORNÉLIO, inconformado com o rompimento de seu relacionamento com ÍSIS, planeja matar THIAGO, novo amor de sua amada que, supostamente, teria sido o pivô da separação. Munido de um revólver calibre .38, CORNÉLIO vai ao encontro do seu desafeto. Ao encontrar THIAGO, CORNÉLIO saca o revolver e dispara cinco vezes em sua direção. Ocorre que CORNÉLIO por imperícia, não consegue atingir THIAGO, mas acaba matando ÍSIS, que chegava para encontrar seu atual namorado e foi alvejada por um dos disparos. Considerando a hipótese narrada acima, marque a opção correta:**

(A) CORNÉLIO responderá por tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil e por homicídio culposo em concurso formal.

(B) CORNÉLIO não responde por tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil, por estar amparado pela legítima defesa da honra, mas responde por homicídio culposo.

(C) CORNÉLIO responde por tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil, pelo porte de arma e pelo homicídio culposo em concurso material.

(D) CORNÉLIO responde por homicídio qualificado pelo motivo fútil.

**35. Assinale a opção INCORRETA**

(A) O princípio da subsidiariedade propõe um modelo minimalista de Direito Penal, com a mínima intervenção do estado na esfera de liberdade do cidadão, com a proibição apenas de condutas que efetivamente lesionem ou exponham à risco de lesão bem jurídico tutelado.

(B) O princípio da culpabilidade determina que o crime seja um fato típico, antijurídico e a culpabilidade funcionaria como pressuposto para aplicação da pena.

(C) O princípio da individualização da pena, modernamente, possui três momentos distintos: o legislativo, o judicial e o executório.

(D) Segundo o Supremo Tribunal Federal, são requisitos para aplicação do princípio da insignificância: mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão causada.

**36. Tendo em vista o enunciado da súmula vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal, quanto ao sigilo do inquérito policial, é correto afirmar que a autoridade policial poderá negar ao advogado:**

1. a vista dos autos, sempre que entender pertinente.
2. a vista dos autos, somente quando o suspeito tiver sido indiciado formalmente.
3. do indiciado que esteja atuando com procuração o acesso aos depoimentos prestados pelas vítimas, se entender pertinente.
4. o acesso aos elementos de prova que ainda não tenham sido documentados no procedimento investigatório.

**37. Quando se tratar de acusação relativa à prática de infração penal de menor potencial ofensivo, cometida por estudante de direito, a competência jurisdicional será determinada pelo (a):**

1. natureza da infração praticada e pelo local em que tiver se consumado o delito.
2. local em que tiver se consumado o delito.
3. natureza da infração praticada.
4. natureza da infração praticada e pela prevenção.

**38. Aristóteles, juiz de uma vara criminal da justiça comum, profere sentença em processo-crime cuja competência era da justiça militar.**

**Com base em tal afirmativa, pode-se dizer que a não observância de Aristóteles à matriz legal gerará a:**

1. inexistência do ato.
2. nulidade relativa do ato.
3. nulidade absoluta do ato.
4. irregularidade do ato.

**39. A respeito da prova no processo penal, assinale a alternativa correta.**

1. A prova objetiva demonstra a existência/inexistência de um determinado fato ou a veracidade/falsidade de uma determinada alegação. Todos os fatos, em sede de processo penal, devem ser provados.
2. São consideradas provas ilícitas aquelas obtidas com a violação do direito processual. Por outro lado, são consideradas provas ilegítimas as obtidas com a violação das regras de direito material.
3. As leis em geral e os costumes não precisam ser comprovados.
4. A lei processual pátria prevê expressamente a inadmissibilidade da prova ilícita por derivação, perfilhando-se à “teoria dos frutos da árvore envenenada” (“*fruits of poisonous tree*”).

**40. Da sentença que absolver sumariamente o réu caberá (ão):**

1. recurso em sentido estrito.
2. embargos.
3. revisão criminal.
4. apelação.

**Empresarial**

**41. Considerando os vários tipos de sociedades descritos no Código Civil e com base na teoria geral do direito empresarial, assinale a opção correta.**

(A) As cooperativas, independentemente do objeto social, são sempre sociedades simples.

(B) A sociedade anônima pode adotar a forma simples, desde que o seu objeto social compreenda atividades tipicamente civis.

(C) A sociedade simples não possui personalidade jurídica, sendo desnecessária a inscrição de seu contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

(D) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações da sociedade; assim, todos os sócios podem valer-se do benefício de ordem a que os sócios da sociedade simples fazem jus.

**42. Com base na disciplina jurídica das sociedades anônimas, julgue os seguintes itens.**

**I - As sociedades por ações podem ser classificadas em abertas ou fechadas, considerando-se a participação do Estado em seu capital social.**

**II - A Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, é responsável pela emissão de ações em mercado primário.**

**III - Ações preferenciais são aquelas que conferem ao seu titular uma vantagem na distribuição dos lucros sociais entre os acionistas e podem, exatamente por isso, ter limitado ou suprimido o direito de voto.**

**IV - As ações, as debêntures, os bônus de subscrição e as partes beneficiárias, entre outras, são espécies de valores mobiliários emitidos pelas companhias para a captação de recursos.**

**V - O valor nominal da ação é alcançado com a sua venda no ambiente de bolsa de valores.**

**Estão certos apenas os itens:**

(A) I e V.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II, IV e V.

**43. De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, poderá ser registrado como marca:**

(A) reprodução ou imitação de título, de moeda ou cédula de curso forçado da União, dos estados, do DF, dos territórios e dos municípios.

(B) termo técnico que, usado na indústria, na ciência e na arte, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.

(C) sinal de caráter genérico comum, necessário ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, vedada a utilização de forma distintiva.

(D) símbolo ou sinal específico formado por cores e denominações que estejam dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo.

**44. A Lei n.º 11.101/2005 prevê a possibilidade de o empresário renegociar seus débitos mediante os institutos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial. Acerca das semelhanças e diferenças entre ambos os institutos, assinale a opção correta.**

(A) Diferentemente do previsto para a recuperação extrajudicial, o pedido de recuperação judicial poderá acarretar a suspensão de ações e execuções contra o devedor antes que o plano de recuperação do empresário seja apresentado aos credores.

(B) Diferentemente do previsto para a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial limita-se a procedimento negocial entre o devedor e os respectivos credores, excluída a participação do Poder Judiciário em qualquer uma de suas fases.

(C) Ambos os procedimentos envolvem a negociação de todos os créditos oponíveis ao devedor, sendo a recuperação extrajudicial reservada apenas às microempresas e empresas de pequeno porte.

(D) Ambos os procedimentos exigem que o devedor apresente plano de recuperação, o qual somente vinculará os envolvidos se devidamente aprovado em assembléia geral de credores.

**45. Dos títulos de crédito abaixo, o único que admite aceite do sacado é o(a):**

(A) nota promissória.

(B) conhecimento de frete.

(C) duplicata de prestação de serviços.

(D) cédula de crédito rural.

**Direito e Processo Civil**

**46. Sobre o instituto da posse, qual alternativa correta?**

(A) Pela teoria objetiva da posse, o caseiro é possuidor;

(B) Abandonada a teoria subjetiva da posse, impediu-se o desdobramento da posse em direta e indireta;

(C) No caso de agressão injusta, o caseiro pode valer-se do desforço imediato e, se for o caso, propor ação de manutenção de posse;

(D) A posse não é contemplada como direito real pelo código civil.

**47. Segundo o instituto da Descoberta, regulado no Código Civil:**

(A) Aquele que primeiro chega a uma gleba de terra sem registro torna-se seu proprietário;

(B) Aquele que descobre uma jazida em seu quintal, torna-se dela proprietário;

(C) Aquele que ache coisa alheia perdida há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor.

(D) Aquele que sobreviva ao cônjuge e descubra bens não revelados pelo de cujus fica privado de herança ou meação.

**48. Sobre o casamento, assinale a alternativa incorreta.**

(A) É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.

(B) O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

(C) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, ainda que não registrado, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.

(D) O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

**49. Assinale a alternativa errada:**

(A) O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.

(B) Os intervalos, muros, cercas e os tapumes divisórios, tais como sebes vivas, cercas de arame ou de madeira, valas ou banquetas, presumem-se, até prova em contrário, pertencer ao proprietário mais antigo dentre os confinantes, sendo estes obrigados, de conformidade com os costumes da localidade, a concorrer, em partes iguais, para as despesas de sua construção e conservação.

(C) As sebes vivas, as árvores, ou plantas quaisquer, que servem de marco divisório, só podem ser cortadas, ou arrancadas, de comum acordo entre proprietários.

(D) A construção de tapumes especiais para impedir a passagem de animais de pequeno porte, ou para outro fim, pode ser exigida de quem provocou a necessidade deles, pelo proprietário, que não está obrigado a concorrer para as despesas.

**50. Sobre o reconhecimento dos filhos, marque a alternativa incorreta.**

(A) O reconhecimento não pode ser revogado, salvo quando feito em testamento.

(B) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro.

(C) O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob a guarda do genitor que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram e não houver acordo, sob a de quem melhor atender aos interesses do menor.

(D) São ineficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.

**51. Sobre o processo cautelar, é correto afirmar que:**

(A) Atualmente, a maioria expressiva da doutrina admite as cautelares satisfativas;

(B) Não há como tratar como fungíveis a tutela antecipada e as providências cautelares;

(C) A tutela cautelar precede o surgimento das tutelas antecipadas no Código de Processo Civil, organizadas a partir do ano de 1994;

(D) O juiz não pode conceder medidas cautelares de ofício, em respeito ao princípio da inércia da atividade jurisdicional.

**52. Sobre a jurisdição, aponte a alternativa correta.**

(A) Não há hipótese no Código de Processo Civil que permita ao juiz deflagrar uma demanda;

(B) Não é característica da jurisdição a substitutividade;

(C) Não é característica da jurisdição a definitividade;

(D) Sob a perspectiva do réu, a jurisdição é inevitável.

**53. Sobre os recursos, aponte a alternativa correta:**

(A) Para se desistir de um recurso, não é necessária a concordância da parte contrária;

(B) O recurso adesivo é uma nova espécie de recurso

(C) No Agravo de Instrumento, a regra é a de que ele seja recebido no efeito suspensivo;

(D) O recurso de Apelação contra sentença que define litígio sobre hipoteca deve ser recebido somente no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, CPC.

**54. Sobre as despesas processuais, aponte a alternativa incorreta**

(A) Concorrendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem pelas despesas e honorários solidariamente.

(B) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados.

(C) Nos juízos divisórios, não havendo litígio, os interessados pagarão as despesas proporcionalmente aos seus quinhões.

(D) Se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu.

**55. Sobre a Sucessão e a Substituição Processual, aponte a assertiva errada:**

(A) Só é permitida, no curso do processo, a substituição voluntária das partes nos casos expressos em lei.

(B) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

(C) O adquirente ou o cessionário não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, sem que o consinta a parte contrária.

(D) A sentença, proferida entre as partes originárias, não estende os seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Considere as afirmativas abaixo a respeito da estabilidade da gestante.**

**I. É vedada a dispensa da empregada doméstica grávida desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.**

**II. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.**

**III. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.**

**IV. Não há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

(A) I e III.

(B) I, III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II e IV.

**57. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei, fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir:**

(A) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.

(B) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.

(C) da data da eleição ao cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.

(D) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.

**58. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às Comissões de Conciliação Prévia é correto afirmar que:**

(A) o mandato dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa é de 2 anos, permitida duas reconduções.

(B) a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.

(C) o termo de conciliação não é título executivo extrajudicial, mas terá eficácia liberatória geral, inclusive quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

(D) um terço dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será indicada pelos empregados.

**59. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalho noturno:**

(A) terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 15%, pelo menos, sobre a hora diurna.

(B) será aquele realizado, pelos empregados urbanos, entre às 21 horas de um dia e às 4 horas do dia seguinte.

(C) terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 10%, pelo menos, sobre a hora diurna.

(D) terá a sua hora reduzida, que será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

**60. A irredutibilidade salarial:**

(A) pode ser determinada em sentença normativa.

(B) geralmente é assegurada, salvo expressa previsão legal em sentido contrário.

(C) é sempre assegurada, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

(D) pode ser estabelecida em contrato individual de trabalho.

(E) depende de fixação em lei complementar.

**61. Ocorrendo de um grupo de empregados ocupar uma fábrica, no curso de uma greve, como meio de pressionar o empregador para obter o acolhimento de reivindicações trabalhistas, a empresa poderá ajuizar perante a Justiça do Trabalho ação:**

(A) de reintegração de posse.

(B) rescisória.

(C) de despejo.

(D) de responsabilidade por dano à coletividade.

**62. Assinale a opção correta com relação à reclamação trabalhista.**

A) É necessário que a petição inicial esteja assinada por advogado.

B) A reclamação só pode ser apresentada de modo escrito, não sendo admitida na forma verbal.

C) O empregador pode ser substituído em audiência por preposto.

D) A ausência do reclamante na audiência designada acarreta o arquivamento da reclamação, o que impede o ajuizamento de nova ação.

**63. Na reclamação ajuizada pelo trabalhador, para a cobrança de direito irrenunciável, correspondente a salário mínimo não pago, ausentes ambas as partes à única audiência designada,**

(A) encerra-se a instrução, julgando o feito no estado em que se encontra.

(B) deve designar-se nova audiência, com condução coercitiva das partes.

(C) o reclamado é considerado revel.

(D) o processo é arquivado.

**64. Em relação ao ônus da prova da jornada extraordinária, no caso de empregador com mais de 10 empregados, o entendimento jurisprudencial predominante, inclusive sumulado pelo TST (Súmula 338), é no sentido de que o ônus da prova será:**

(A) sempre do empregado, se negado o fato pelo empregador, já que se trata de fato constitutivo do seu direito, a teor dos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC.

(B) do empregador, se negar o fato, já que possui o ônus de juntar aos autos os controles de freqüência do empregado, sob pena de presunção relativa de veracidade da jornada alegada na inicial.

(C) do empregador, se negar o fato, já que possui o ônus de juntar aos autos os controles de freqüência do empregado, sob pena de presunção absoluta de veracidade da jornada alegada na inicial.

(D) sempre do empregado, ainda que o empregador não junte aos autos os controles de freqüência, já que possui melhores condições de demonstrar a veracidade da jornada por ele praticada, a qual poderá ser dar inclusive por prova testemunhal.

**65. Marta, Mônica e Margarida ingressaram com reclamação trabalhista em face da Prefeitura Municipal de São Luiz. A Prefeitura foi condenada a pagar para MartaR$ 26.000,00; para Mônica R$ 17.000,00 e para Margarida R$ 35.000,00. Considerando que não há súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e que também não há decisão plenária do Supremo Tribunal Federal para nenhuma das três condenações,**

(A) o recurso *ex officio* dependerá de parecer escrito do Ministério Público do Trabalho.

(B) todas as reclamações estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.

(C) apenas a reclamação de Margarida e Marta estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.

(D) nenhuma das reclamações estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.

**Direito Tributário**

**66. Pizza Aqui Ltda., empresa do ramo dos restaurantes, adquiriu o estabelecimento empresarial Pizza Já Ltda., continuando a exploração deste estabelecimento, porém sob razão social diferente – Pizza Aqui Ltda. Neste caso, é correto afirmar que:**

(A) a Pizza Aqui responde solidariamente pelos tributos devidos pela Pizza Já, até a data do ato de aquisição do estabelecimento empresarial, se a Pizza Já cessar a exploração da atividade.

(B) caso a Pizza Já prossiga na exploração da mesma atividade dentro de 6 (seis) meses contados da data de alienação, a Pizza Aqui responde subsidiariamente pelos tributos devidos pela Pizza Já Ltda. até a data do ato de aquisição do estabelecimento.

(C) caso a Pizza Já mude de ramo de comércio dentro de 6 (seis) meses contados da data de alienação, então a Pizza Aqui será integralmente responsável pelos tributos devidos pela Pizza Já até a data do ato de aquisição desta.

(D) caso o negócio jurídico não fosse a aquisição, mas a incorporação da Pizza Já pela Pizza Aqui, esta última estaria isenta de qualquer responsabilidade referente aos tributos devidos pela Pizza Já até a data da incorporação.

**67. De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente a lei tributária na hipótese de:**

(A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.

(B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.

(C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

(D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

**68. O emprego da analogia, em matéria tributária, resultará na:**

(A) majoração de tributo.

(B) instituição de tributo.

(C) exclusão do crédito tributário.

(D) impossibilidade de exigência de tributo não previsto em lei.

**69. Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos em matéria tributária é a**

(A) medida provisória.

(B) lei complementar.

(C) emenda constitucional.

(D) lei ordinária.

**70. Visando fomentar a indústria brasileira, uma nova lei, publicada em 18/02/2010, majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Exportação (IE).**

**A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o IPI e para o IE?**

(A) Imediatamente para ambos.

(B) No exercício financeiro seguinte para ambos.

(C) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o IE.

(D) 90 dias após o exercício financeiro seguinte para o IPI e no exercício financeiro seguinte para o IE.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |